



## **EDITORIAL**

É com enorme felicidade que apresentamos ao público o primeiro número da nossa READ (Revista de Estudos Anarquistas e Decoloniais). Objetivamos abrir espaço para que acadêmicos (professores, pós-graduandos, graduandos) e militantes sociais publiquem suas pesquisas com referenciais teóricos anarquistas e/ou decoloniais. Assim, colaboraremos para combater o epistemicídio, o racismo epistêmico, a colonialidade do poder e suas variantes, bem como o Historicídio. Em resumo, a READ surge diante da necessidade de criarmos espaços tanto decoloniais como anarquistas, com ampliação para estudantes de graduação e/ou graduados sem titulação acadêmica de pós-graduação, pois acreditamos no potencial de jovens pesquisadores que não possuem espaços para publicar suas pesquisas críticas.

A decolonização do espaço acadêmico demanda que decolonizemos a localização do conhecimento e dos corpos que compreendemos como “capazes” de produzir um saber científico. Nestes termos, a READ recebe de braços abertos contribuições de alunos negros, indígenas, brancos pobres, LGBTQIA+, revolucionários e anarquistas de modo a possibilitar a produção de conhecimento que é amplamente marginalizada, perseguida, invisibilizada na academia ocidentalizada. Assim, buscamos amenizar o choque de culturas entre os pobres, favelados e periféricos que ao

adentrarem nas universidades são condicionados a se submeter a um saber branco, racista, eurocentrado, moderno e colonizado que não aceita suas reflexões e contestações. Sabemos que a sua permanência é dificultada na graduação, em função das suas condições econômicas precarizadas, e nos espaços de pós-graduação essas dificuldades se acentuam. Tendo isso em mente, sentimos a obrigação, enquanto coletivo decolonial e libertário, de abrir as portas para uma produção de conhecimento que abrace não só os pós-graduandos e professores, mas também, e principalmente, os graduandos e militantes sociais, convidando-os a pensar e publicar por uma lógica não-eurocêntrica, anti-estadolátrica, anti-patriarcal, antirracista, libertária e decolonial.

Iniciamos a primeira edição da Revista de Estudos Anarquistas e Decoloniais com o artigo de Isadora Gonçalves França, acerca do anarquismo e do comunalismo africano. A autora mobiliza os estudos de Sam Mbah e I. E. Igariwey sobre a prática de princípios anarquistas em sociedades africanas tradicionais, tais como associação livre, coletividade e autogestão. Para tanto, França faz um apanhado dos princípios libertários fundamentais e de sua presença no comunalismo africano. Ao demonstrar que a organização social não precisa de Estado, a autora argumenta que o anarquismo pode ser tido não só como filosofia política, mas, sobretudo, como um modo de vida, praticado desde sempre pela humanidade. Desta forma, a autora desmistifica a ideia, amplamente difundida, segundo a qual a aplicação das ideias anarquistas seria uma mera utopia.

Seguimos para o artigo de Giovanna Pelliccione Girota de Souza, “Da H(uma)idade Às Humanidades: A Favor das Cosmovisões Indígenas”. A autora mobiliza os conceitos de necropolítica, de Mbembe, e biopoder, de Foucault, com as cosmovisões indígenas de Ailton Krenak e Davi Kopenawa. De Souza critica as noções homogeneizantes que os brancos (não-indígenas) possuem da realidade, e se utiliza da perspectiva decolonial para elogiar as cosmovisões indígenas e criticar a fixação eurocêntrica sobre a mercadoria.

O terceiro artigo deste número, de autoria de Bruno Latini Pfeil e Cello Latini Pfeil, é, como nítido em seu título, “Um Estudo Comparado da Institucionalização e Patologização das Inscrições Corporais”. Os autores fazem um estudo e um histórico das práticas de modificação corporal em diferentes contextos, no recorte histórico dos séculos XVIII ao XX, e criticam a patologização e psiquiatrização destes fenômenos,

tendo em vista que a patologização se apoia em saberes europeus, modernos e institucionalizados – e, portanto, eurocêntricos, patriarcais e racistas. Criticam o autoritarismo científico sobre a autonomia corporal e a autodeterminação das expressões corporais e apontam para o caráter parcial de uma ciência que se afirma neutra.

Logo após, apresentamos o artigo “A Questão das Terras Indígenas e os Governos Brasileiros do Século XXI”, de Max Reis, que analisa os processos de retomada de terras indígenas após a Constituição de 1988. A autora argumenta que a Constituição é insuficiente, já que não garantiu o repasse dos territórios para as comunidades indígenas. Assim, ao longo das seções, ela discute seu objeto de estudo perpassando pelo papel exercido pelos quatro últimos governantes – Lula da Silva, Dilma Rousseff, Michel Temer e Jair Bolsonaro –, além de uma explicação sobre as diferenças entre princípios da filosofia política eurocêntrica e as cosmopercepções indígenas. Reis expõe como as posturas dos supracitados governos diante dos povos indígenas possuem amplas semelhanças ao atentar contra os interesses indígenas de forma negligente, excludente e violenta. Assim, colabora para desmistificar a ideia segundo a qual seriam governos com inclinações políticas aparentemente diferentes.

Em seguida, apresentamos o artigo de Marcos Gabriel Ruas Benedito: “A Política Necro-Racista e a Questão Racial na Bahia Regencial: Uma Análise da Revolta dos Malês e da Sabinada (1831-1840)”. O autor utiliza dois eventos de revolta ocorridos na Bahia, no período do Estado Imperial brasileiro – a Revolta dos Malês (1835) e a da Sabinada (1837-1838) –, para compreender a operação da política necro-racista. Benedito inicia fazendo um apanhado dos conceitos utilizados, como Necrofilia Colonialista Outrocida, de Wallace de Moraes, e zona do ser e zona do não-ser, de Frantz Fanon. Posteriormente, analisa a aplicação desses conceitos aos contextos das revoltas. Seu argumento central é que o Estado Imperial brasileiro é um necro-racista-Estado e aplica uma política necrofílica, colonialista e outrocida.

Finalizamos essa edição com o artigo “Guerras Púnicas e o Colonialismo do Saber”, de Bernardo Araujo Belfort Bastos. O autor mobiliza os conceitos de Identidade, Multiculturalismo e Diversidade nos estudos da Antiguidade. O referencial teórico pós-colonial adverte o autor em relação à possibilidade de anacronismo. Ao utilizar a historiografia das Guerras Púnicas, Bastos ambiciona desviar dessa possibilidade, apontando para o eurocentrismo das Guerras Púnicas em relação aos

conceitos pós-coloniais. Para tanto, Barros sustenta sua pesquisa com referenciais teóricos anarquistas, decoloniais e pós-coloniais, utilizando autores como Bakunin, De Moraes, Fanon e Chakrabarty.

Apresentamos uma breve degustação dos artigos e os convidamos para lê-los na íntegra. Por fim, estamos muito felizes com o lançamento da READ e desejamos vida longa para as lutas e os saberes negros, indígenas (decoloniais) e anarquistas na esperança em colaborar para a crítica ao eurocentrismo, ao capitalismo, ao racismo, à colonialidade do saber e a todas as formas de discriminação e opressão. Viva a liberdade com a igualdade!! Vida longa à READ!

Cello Latini Pfeil  
Wallace dos Santos de Moraes